



SIMULADO I

2ª FASE

XXXIII

Exame da OAB

DIREITO CONSTITUCIONAL

PROVA PRÁTICO - PROFISSIONAL

Informações gerais

- Essa prova é focada na 2ª fase do XXXII Exame de Ordem da OAB;
- A peça prática-profissional e as questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca do certame, a FGV;
- 5 horas é o tempo disponível para a realização da prova, incluso o tempo para preenchimento do caderno de textos definitivos, tente realizar este simulado respeitando este limite de tempo conforme ocorrerá no dia de seu exame.
- Se possível realize a transcrição dos textos respostas para um outro papel, respeitando o número de linhas, assim poderá exercitar o seu tempo.
- Esse simulado não é uma das rodadas de correção de peças e questões individualizadas, que serão disponibilizadas futuramente somente aos alunos que efetuaram a compra do nosso curso.
- Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir da aula em vídeo, sua peça e suas questões.
- A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO, no canal do Estratégia OAB no YouTube comentando e resolvendo todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros.

**OAB**

Siga as nossas Redes Sociais
Estratégia OAB no YouTube
[instagram.com/estrategiaoab](https://www.instagram.com/estrategiaoab)



ATENÇÃO!

Esse caderno de prova é disponibilizado de maneira gratuita, para que os candidatos à 2ª Fase do XXXIII Exame possam praticar. Por isso, será importante para nós que você dê o máximo de publicidade a esse simulado. Envie para os seus amigos, mande em listas de e-mails, *WhatsApp*, etc. Assim, mais gente tem acesso a ele! => O objetivo é difundi-lo ao máximo!

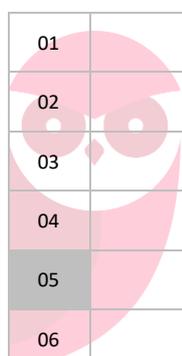
O fato de o simulado ser gratuito, não significa que ele não seja protegido pela Lei de Direitos Autorais. A cópia ou distribuição não autorizada, sujeita o infrator às sanções previstas nos arts. 101 e ss. da Lei 9.610/1998.

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Diego Cerqueira

Alda, cidadã brasileira, divorciada, empresária, ficou sabendo que estava ocorrendo superfaturamento e fraude em uma determinada licitação. Todos os cidadãos do local, assim como Alda, tinham conhecimento de tal situação, porém não tinham provas robustas do fato. Diante do cenário, Alda decidiu requerer ao Governador do seu Estado de origem acesso aos elementos que permitissem a certificação das situações capazes de gerar uma ação judicial cabível. Ocorre que o Governador negou tais elementos de prova, afirmando que as informações são imprescindíveis à segurança da sociedade e do Estado. Após 90 dias da negativa, Alda, inconformada com o feito, decide procurar você para elaborar uma medida judicial cabível contra a negativa do Governador. Levando em consideração as informações expostas e ciente da desnecessidade da dilação probatória, elabore a ação judicial adequada com todos os fundamentos jurídicos que conferem sustentação ao direito de Alda. (Valor: 5,00)

Obs: o examinando deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

01	 Estratégia OAB
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	

19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	

50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	
61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	

81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	
91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	

112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	
121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	

143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	



Estratégia

OAB

QUESTÃO 1

João elegeu-se deputado federal no pleito de 2018, pelo Distrito Federal. Após a expedição do diploma, mas antes da posse, foi preso em flagrante pela polícia legislativa da Câmara dos Deputados, porque portava grande quantidade de substância entorpecente classificada como cocaína. Com base no caso hipotético, responda de forma fundamentada os itens a seguir.

- a) É correto afirmar que João deve ser julgado perante o Supremo Tribunal Federal?
- b) Se João tivesse praticado improbidade administrativa, caso, por exemplo, da situação em que o agente público provoque perdas ao patrimônio público, é correto afirmar que a competência também seria do Supremo Tribunal Federal?
- c) É possível afirmar que caso seja condenado, João perderá automaticamente o mandato, por força da própria decisão judicial transitada em julgado?

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	

22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



Estratégia

OAB

QUESTÃO 2

A Lei nº 123 do Município Gama estabelece que, em certo bairro, considerado área residencial, fica vedada a instalação de mais de um centro empresarial de grandes proporções, com área superior a 5.000 m² (cinco mil metros quadrados) e que reúna em suas dependências mais de 8 (oito) lojas distintas.

Ante a existência de um estabelecimento comercial com tais características no bairro “X”, a administradora Beta, visando abrir um shopping center no mesmo bairro para concorrer com o empreendimento já existente, procura você, na qualidade de advogado(a), para obter esclarecimentos quanto à viabilidade deste empreendimento.

Nesse sentido, responda de forma fundamentada os itens a seguir.

- a) É correto afirmar que a Constituição da República de 1988 atribui aos Municípios competência para promover o zoneamento urbano, logo, a Lei nº 123 encontra respaldo constitucional?
- b) Caso a Lei nº 123 não encontre respaldo constitucional, qual é a medida judicial de controle objetivo cabível?

01	 Estratégia OAB
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	

19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



Estratégia

OAB

QUESTÃO 3

Enzo, cidadão italiano, decide passar férias no litoral do nordeste brasileiro. Durante sua estadia, de modo acidental, corta-se gravemente com o facão que manuseava para abrir um coco verde, necessitando de imediato e urgente atendimento hospitalar. Ocorre que o hospital de emergência X da localidade se recusa a atender Enzo, ao argumento de que, por ser estrangeiro, ele não faria jus aos serviços do Sistema Único de Saúde, devendo procurar um hospital particular. O hospital particular Y afirmou que também não poderia atendê-lo, visto que participa de forma complementar do SUS e o atendimento ao estrangeiro vai contra as diretrizes apresentadas pela instituição. Com base no caso hipotético, responda e justifique os itens a seguir.

- a) É possível afirmar que o argumento dado pelo hospital X está em conformidade com o ordenamento jurídico-constitucional?
- b) As instituições privadas com fins lucrativos podem participar do SUS de forma complementar?

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



Estratégia

OAB

QUESTÃO 4

O Presidente da República decretou no mês de janeiro estado de exceção em determinada região do país, em função de ameaças à ordem pública e a paz social decorrentes de desastres provocados pelas chuvas torrenciais do início do ano, sem que tenha havido anterior decreto de exceção pelo mesmo fato. Houve muita discussão sobre os procedimentos que deveriam ser seguidos no caso apresentado, logo, responda de forma fundamentada os itens a seguir.

- a) É correto afirmar que, com base nos dados indicados no enunciado, o Presidente da República não poderia decretar o estado de exceção antes de requerer autorização ao Congresso Nacional?
- b) Qual é o procedimento que deve ser seguido no presente caso?

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	

23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Assinatura OAB: até a aprovação

<http://bit.ly/Assinatura-OAB>



Estratégia
OAB